

L      E      I      Nº 705/68

Data : 30 de maio de 1968.

Súmula: Cria o Fundo Municipal do Ensino de Bandeirantes e a Fundação Educacional de Bandeirantes e dá outras providências.

A câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L      E      I

Artigo 1º - Fica instituído um Fundo, de natureza contábil, denominado “Fundo Municipal do Ensino de Bandeirantes”.

Artigo 2º - O Fundo Municipal do Ensino de Bandeirantes, para criação, amparo e manutenção de uma Escola Superior de Agronomia e outras instituições de caráter educacional de grau superior e médio que vierem a ser criadas, será administrado pela entidade referida no artigo 4º.

Artigo 3º - O Fundo Municipal do Ensino de Bandeirantes, será constituído de:

- a) dotações do orçamento municipal e créditos adicionais;
- b) Contribuições provenientes do Fundo Nacional de Ensino Superior e Fundo Nacional do Ensino Médio.
- c) Contribuições, auxílios, subvenção ou ajuda concedida pela União, Estado e Outros Municípios.
- d) Juros de recursos do Fundo depositados em estabelecimentos bancários;
- e) doações e legados de bens;
- f) recursos de outras origens.

Parágrafo Único – A partir de exercício financeiro de 1969, será consignado no orçamento Municipal dotações necessárias ao Fundo, correspondente a 5% (cinco por cento) da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), de acordo com o plano estabelecimento pela entidade referida no artigo seguinte.

Artigo 4º - Fica instituída a Fundação Educacional de Bandeirantes, de caráter educativo, sem fins lucrativos, por tempo indeterminado, com personalidade jurídica, sede e foro na cidade de Bandeirantes, Estado do Paraná,

com a finalidade de administrar o Fundo Municipal de Ensino de Bandeirantes, a Escola Superior de Agronomia, e outras instituições de caráter educacional de grau superior e médio que vierem a ser criadas, pelo Município de Bandeirantes ou pela própria Fundação, para o incentivo da educação e da cultura.

Artigo 5º - A fundação poderá angariar e recebe para constituir seus recursos financeiros:

- a) Receitas oriundas do Fundo Municipal do Ensino de Bandeirantes, sob a forma de auxílios para pessoal, material, serviços e encargos, obras e equipamentos;
- b) Auxílios e contribuições constantes dos orçamentos da União, do Estado e dos Municípios.
- c) taxas e emolumentos escolares;
- d) rendimento de serviços prestados
- e) auxílios e contribuição e entidades públicas e particulares, de pessoas físicas e jurídicas, inclusive os auxílios e doações feitas e jurídicas, inclusive os auxílios e doações feitas e jurídicas, inclusive os auxílios e doações feitas por contribuintes do Imposto de Renda (Art. 107 da Lei Federal 4.024 de 1961);
- f) Receitas de outras origens.

Artigo 6 – A Fundação Educacional de Bandeirantes, terá um Conselho de Curadores, um Diretor Superintendente e um Diretor Administrativo.

§ 1º - O Conselho de Curadores, órgão normativo, deliberativo e de controle da administração na Fundação, é constituído de sete (7) membros, escolhidos entre cidadãos da comunidade, de ilibada reputação moral, de forma seguinte:

- a) um por indicação do Sr. Prefeito Municipal;
- b) um por indicação da Câmara Municipal;
- c) um por indicação do magistério médio e superior;
- d) um por indicação da indústria;
- e) por uma indicação da lavoura;
- f) um por indicação do comércio;
- g) um por indicação dos clubes de serviços, e nomeados pelo Chefe do Executivo.

§ 2º- Tão logo seja criada a Escola Superior de Agronomia ou outras instituições de ensino, terão direito a mais um membro no Conselho, cada uma, indicado pela Congregação, e ainda o diretor da Escola Superior de Agronomia

e das outras instituições que forem criadas, este com direito a voz e sem direito a voto.

§ 3º - O Conselho de Curadores será composto de um Presidente, Vice-Presidente e um Secretário, cargos esses que serão preenchidos por eleição, na forma estatutária, pelos próprios membros do Conselho.

§ 4º - O Vice-Presidente e o Secretário do Conselho, serão respectivamente, o Diretor Superintendente e o Diretor administrativo da Fundação para um período de três (3) anos, podendo ser reconduzidos até duas vezes, no máximo.

§ 5º - Os outros cinco (5) membros, terão o mandato de um (1) ano, podendo ser reconduzidos por duas (2) vezes.

§ 6º - Os cargos vagos, serão preenchidos pelas entidades que indicaram os antecedentes cujos cargos vagaram.

§ 7º - O Diretor Superintendente e o Diretor Administrativo terão funções executivas, devidamente especificadas no Estatuto da Fundação, cabendo ao primeiro a administração da Fundação e representá-la presente terceiros.

§ 8º - O Conselho de Curadores reunir-se-á, com o mínimo de três (3) membros, pelo menos uma vez em cada mês, e, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo seu Presidente ou por dois de seus membros, e suas deliberações será tomadas por maioria de votos.

§ 9º - Considerar-se-á como havendo renunciado ao cargo o membro do Conselho de Curadores, exceto o seu Presidente, que faltar a três sessões consecutivas ou a cinco não consecutivas, ordinárias ou extraordinárias.

§ 10 - Nas suas faltas e impedimentos o Diretor Superintendente será substituído pelo Diretor Administrativo.

§ 11 - O Diretor Superintendente e o Diretor Administrativo perceberão vencimentos mensais fixados pelo próprio Conselho de Curadores, e os demais membros fixados pelo próprio Conselho de Curadores, e os demais membros perceberão uma ajuda de custo por sessão que comparecerem, igual a um décimo do salário mínimo vigente, até o limite de quatro sessões por mês.

§ 12 - Todos os empregados da FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BANDEIRANTES, inclusive o Diretor Superintendente e o

Diretor Administrativo, ficarão sujeitos à legislação trabalhista, assim como todo o pessoal docente, técnico e administrativo da Escola Superior de Agronomia ou de outras instituições que venham a ser criadas ou mantidas pela Fundação.

Artigo 7º - O Estatuto da Fundação Educacional de Bandeirantes será aprovado pelo Conselho de Curadores.

Artigo 8º - A Fundação prestará contas ao Executivo Municipal até quinze (15) de dezembro de cada ano, a fim de ser incluída na prestação de contas de Executivo ao Legislativo, e bem assim, remeterá, anualmente, no prazo acima fixado, um relatório circunstanciado de suas atividades no exercício anterior.

Artigo 9º - A Fundação elaborará o orçamento anual do “Fundo Municipal do Ensino de Bandeirantes” e o seu próprio, remetendo-os no mês de setembro à Diretoria da Receita, para constar no orçamento Municipal.

Artigo 10 - Fica aberto o crédito especial no valor de cinquenta mil cruzeiros novos (NCr\$ 50.000,00), que correrá por conta do excesso de arrecadação previsto para corrente exercício, para fazer face às despesas de execução desta Lei, o qual poderá ser utilizado, excepcionalmente, inclusive no decorrer do primeiro trimestre do próximo exercício.

Artigo 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, em 30 de maio de 1968.

Moacyr Castanho  
Prefeito Municipal

Antônio C. Zulmires de Campos  
Oficial Administrativo

